

Sumário

Capítulo I – Noções Gerais	1
1. Fundamentos constitucionais	1
2. Conceito de execução penal.....	4
2.1. Sentença e decisão criminal	4
3. Natureza jurídica da execução penal	5
4. Autonomia do direito de execução penal.....	6
5. Direito penitenciário	6
6. Finalidade da pena	8
7. Jurisdição ordinária e jurisdição especial.....	9
7.1. Lei de Execução Penal e Código de Processo Penal	10
7.2. Execução provisória da pena	10
7.2.1. Direitos e deveres do preso provisório	12
7.2.2. Execução provisória e prisão especial.....	12
7.2.3. Execução provisória da medida de segurança.....	13
7.2.4. Cumprimento da pena após julgamento em 2.º grau	14
8. Jurisprudência selecionada.....	14
9. Resumo do capítulo.....	15
Capítulo II – Direitos Humanos e Punição	17
1. Direitos fundamentais	17
2. Cooperação da comunidade	18

3. Jurisprudência selecionada.....	19
4. Resumo do capítulo.....	20
Capítulo III – Da Classificação	21
1. Classificação do condenado	21
1.1. Antecedentes.....	22
1.2. Personalidade.....	23
2. Diferença entre exame de classificação e exame criminológico.....	24
2.1. Função da Comissão Técnica de Classificação.....	25
2.2. Importância da Comissão Técnica de Classificação.....	27
2.3. Importância do exame criminológico	27
2.4. Análise da personalidade	28
2.5. Identificação do perfil genético.....	28
2.5.1. Constitucionalidade da medida.....	29
2.5.1.1. Seletividade dos crimes	30
2.5.1.2. Comentários aos vetos ao <i>caput</i> e aos §§ 5.º a 7.º do art. 9.º-A.....	32
3. Jurisprudência selecionada.....	34
4. Resumo do capítulo.....	35
Capítulo IV – Assistência ao Preso e ao Egresso.....	37
1. Noções gerais	37
2. Modalidades de assistência	37
2.1. Assistência material.....	38
2.2. Assistência à saúde	39
2.3. Assistência médica à mulher e ao recém-nascido.....	39
2.4. Assistência jurídica obrigatória	40
2.4.1. Defensoria Pública	41
2.5. Assistência educacional	41
2.6. Assistência social.....	43
2.7. Assistência religiosa	43
2.8. Assistência ao egresso.....	44
2.8.1. Conceito de egresso.....	44
3. Jurisprudência selecionada.....	45
4. Resumo do capítulo.....	46
Capítulo V – Do Trabalho	47
1. Trabalho obrigatório	47
2. Individualização executória da pena sob o enfoque do trabalho.....	52
3. Banco de horas.....	53

4. Trabalho do preso e responsabilidade do Estado	54
5. Privatização de presídios	55
6. Trabalho externo	56
6.1. Requisitos para o trabalho externo	58
6.2. Causas para a revogação do trabalho externo	58
7. Jurisprudência selecionada.....	59
8. Resumo do capítulo.....	60
Capítulo VI – Dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina	61
1. Deveres do condenado.....	61
2. Direitos do condenado.....	65
2.1. Visita íntima.....	70
2.2. Direitos dos presos provisórios	73
2.3. Direitos dos internos.....	74
3. Disciplina.....	75
3.1. Legalidade e responsabilidade pessoal	75
3.2. Normas disciplinares	78
3.3. Faltas disciplinares	79
3.3.1. Procedimento de apuração da falta grave	80
3.3.2. Prescrição da falta grave	81
3.3.3. Espécies de faltas	82
3.4. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	86
3.4.1. Constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado ...	89
4. Sanções e recompensas	90
5. Aplicação das sanções	94
5.1. Procedimento disciplinar	95
6. Jurisprudência selecionada.....	98
7. Resumo do capítulo.....	105
Capítulo VII – Dos Órgãos da Execução Penal.....	109
1. Órgãos de execução penal.....	109
2. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	112
3. Juízo da execução	113
3.1. Aplicação aos casos julgados de lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.....	115
3.2. Declaração de extinção da punibilidade	117
3.2.1. Morte do condenado.....	117
3.3. Soma ou unificação de penas.....	118
3.3.1. Soma das penas.....	118
3.3.2. Unificação de penas	118

3.3.2.1.	Concurso formal	119
3.3.2.2.	Crime continuado	120
3.3.2.3.	Limite de cumprimento de pena.....	122
3.4.	Deferimento de progressão ou imposição de regressão nos regimes	124
3.5.	Aplicação da detração.....	124
3.6.	Concessão de remição	125
3.7.	Fiscalização da suspensão condicional da pena	125
3.8.	Concessão de livramento condicional	126
3.9.	Decisão de incidentes da execução penal.....	126
3.10.	Autorização de saída temporária.....	126
3.11.	Deliberação quanto à forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalização da sua execução	126
3.12.	Conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade.....	126
3.13.	Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	127
3.14.	Aplicação, substituição e revogação da medida de segurança, bem como desinternação e restabelecimento da situação anterior	127
3.15.	Deliberação acerca do cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca	127
3.16.	Remoção do condenado para presídio federal.....	128
3.17.	Inspeção e interdição de estabelecimentos penais	128
3.18.	Composição e instalação do Conselho da Comunidade	129
3.19.	Emissão de atestado de pena a cumprir	129
4.	Ministério Público.....	130
5.	Conselho Penitenciário.....	130
6.	Departamento Penitenciário.....	131
7.	Direção e pessoal dos estabelecimentos penais	132
8.	Patronato.....	133
9.	Conselho da Comunidade.....	134
10.	Defensoria Pública	134
11.	Jurisprudência selecionada.....	136
12.	Resumo do capítulo.....	138
Capítulo VIII – Dos Estabelecimentos Penais		141
1.	Preceitos gerais.....	141
1.1.	Terceirização de serviços e privatização dos presídios.....	145
1.2.	Divisão dos presos por setores.....	146
2.	Mobilidade do preso	151

3. Penitenciária.....	153
4. Colônia penal.....	155
5. Regime aberto.....	157
6. Centro de Observação.....	158
7. Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	159
8. Cadeia pública.....	160
9. Jurisprudência selecionada.....	161
10. Resumo do capítulo.....	163
Capítulo IX – Da Execução das Penas em Espécie.....	167
1. Início da execução penal.....	167
2. Execução provisória da pena.....	167
3. Guia de recolhimento.....	168
4. Regimes.....	170
4.1. Unificação de penas para a fixação do regime de cumprimento ...	171
5. Critérios para a progressão da pena.....	172
5.1. Critérios objetivos.....	173
5.1.1. Lapso legislativo na elaboração do art. 112 da LEP.....	174
5.2. Critérios subjetivos e outras regras.....	175
5.3. Progressão por saltos e falta de vagas.....	181
5.4. Procedimento para o livramento condicional, indulto e comutação de penas.....	182
5.5. Regime aberto.....	182
5.6. Prisão albergue domiciliar.....	184
6. Regressão de regime.....	185
7. Autorizações de saída.....	188
7.1. Permissão de saída.....	188
7.2. Saída temporária.....	189
7.2.1. Trabalho externo.....	192
7.2.2. Período de saída temporária.....	193
8. Remição.....	195
8.1. Disposições gerais.....	195
8.2. Requisitos e inexistência de trabalho ou estudo no estabelecimento penal.....	196
8.3. Apontamentos sobre o estudo do sentenciado.....	198
8.4. Acidente do trabalho.....	200
8.5. O contexto da prisão cautelar.....	200
8.6. O cometimento de falta grave.....	200
8.7. Tempo remido e pena cumprida.....	201
8.8. Procedimento para declarar a remição.....	201

9.	Livramento condicional.....	202
9.1.	Conceito e natureza jurídica	202
9.2.	Requisitos do livramento condicional	203
9.3.	Condições do livramento	205
9.4.	Cerimônia do livramento	207
9.4.1.	Apoio ao liberado	208
9.4.2.	Revogação do livramento	209
9.4.3.	Procedimento da revogação	210
9.4.4.	Prática de nova infração penal durante o livramento.....	211
9.4.5.	Extinção do livramento sem revogação.....	212
10.	Monitoração eletrônica.....	212
10.1.	Hipótese de cabimento	212
10.2.	Deveres e cuidados por parte do condenado.....	214
10.3.	Hipóteses de revogação	215
11.	Penas restritivas de direitos	216
11.1.	Disposições gerais	216
11.2.	Revogação da pena restritiva de direitos.....	217
11.3.	Alteração da forma de cumprimento	218
11.4.	Prestação de serviços à comunidade.....	219
11.5.	Limitação de fim de semana	220
11.5.1.	Limitação de fim de semana e violência doméstica.....	221
11.6.	Interdição temporária de direitos.....	222
11.7.	Descumprimento da pena	224
12.	Suspensão condicional da pena	224
12.1.	Conceito e natureza jurídica	224
12.2.	Duração e condições	225
12.3.	Alteração das condições e fiscalização	226
12.4.	Formalidades da concessão.....	228
12.5.	Revogação do <i>sursis</i>	228
13.	Pena de multa.....	229
13.1.	Execução da pena de multa prevista na Lei de Execução Penal....	229
13.2.	Como ficou a execução após a edição da Lei 9.268/96.....	229
13.3.	Parte aplicável da Lei de Execução Penal	231
14.	Jurisprudência selecionada.....	232
15.	Resumo do capítulo.....	239
Capítulo X – Da Execução das Medidas de Segurança.....		247
1.	Disposições gerais.....	247
2.	A cessação da periculosidade.....	248
2.1.	Limite da medida de segurança e condições para desinternação....	250

2.2. Desinternação progressiva	252
3. Jurisprudência selecionada.....	253
4. Resumo do capítulo.....	255
Capítulo XI – Dos Incidentes de Execução.....	257
1. As conversões.....	257
2. Conversões positiva e negativa	257
2.1. Conversão positiva	257
2.2. Conversão negativa	259
3. Conversão da pena em medida de segurança.....	261
4. Reconversão da medida de segurança em pena	263
5. Excesso ou desvio de execução	263
6. Anistia e indulto	264
7. Jurisprudência selecionada.....	267
8. Resumo do capítulo.....	268
Capítulo XII – Do Procedimento Judicial	269
1. Procedimento executório	269
2. Recurso	270
3. Disposições gerais.....	270
3.1. Sigilo.....	270
3.2. Algemas	270
3.3. Condenado político	271
3.4. Separação de presos diferenciados.....	271
3.5. Sigilo dos antecedentes.....	272
4. Jurisprudência selecionada.....	272
5. Resumo do capítulo.....	274
Bibliografia.....	275
Obras do Autor	283